Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.

CNPJ/MF nº 02.415.408/0001-50

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas: É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da CCR ViaOeste, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhados do Relatório dos auditores independentes. **1.2. Apresentação:** A Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. ("CCR ViaOeste" ou "Companhia") foi constituída em 1998 e tem por objeto exclusivo a exploração do sistema Castello - Raposo, respectivos acessos, execução, fiscalização e gestão dos serviços delegados, complementares e de apoio aos serviços não delegados e tudo mais que for objeto do contrato de concessão CR/003/1998, celebrado em 30 de março de 1998 entre a Companhia e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP ou Poder Concedente"), na qualidade de sucessora do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de São Paulo - DER/SP ("DER"), sendo vedada a prática de atos estranhos a essa finalidade. No mesmo ano, a concessão do Sistema Castello-Raposo foi outorgada, composta pelas Rodovias Presidente Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermírio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091/270), sendo que sua extensão no ano de 2007 passou de 161,78 quilômetros para 168,62 quilômetros administrados, com a incorporação dos Contornos dos trechos urbanizados de São Roque e Brigadeiro Tobias ("Sistema Castello-Raposo" e "Concessão", respectivamente). O prazo do Contrato de Concessão expira em dezembro de 2022. Atualmente, a empresa gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 16 municípios do entorno das rodovias sob sua administração. A Companhia é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. ("CCR"), a qual detém diretamente 100% do capital social da Companhia. **1.3. Destaques do ano de 2014: Destaques financeiros:** • Liquidação de Nota Promissória de R$ 200.000. • 5ª Emissão de Debêntures no valor de R$ 440.000. **Prêmios e Reconhecimentos:** • Rodovia Castello Branco conquista 4º lugar no ranking das melhores do país, segundo Pesquisa CNT. **Dividendos:** Foram distribuídos no ano de 2014, devidamente aprovados em AGE (Ata Geral Extraordinaria): • 28/03/2014 - R$ 74.786 de distribuição de dividendos relativos ao ano de 2013; • 30/06/2014 - R$ 69.450 de distribuição de dividendos intermediários; • 28/10/2014 - R$ 214.000 de distribuição complementar de dividendos intermediários relativos ao ano de 2014.

2. Estratégia e Gestão

2.1. Governança Corporativa: Conselho de Administração: Nós somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por 6 (seis) membros efetivos, dentre os quais 1 (um) será eleito Presidente e 1 (um) Vice-Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por 2 (dois) membros, um Diretor Presidente que ocupa, também, o cargo de Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Operacional. De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por, no mínimo 6 (seis) e no máximo 8 (oito) membros efetivos. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, serão eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Competirá à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração. Nossos Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, nossa Diretoria é composta por 2 (dois) membros, sendo um deles Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores e o outro Diretor Operacional, conforme Estatuto Social da Companhia. O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é o Sr. Eduardo Siqueira Moraes Camargo. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rodovia Presidente Castello Branco, km 24 - lado par (sentido capital), Conjunto Norte, Jardim Mutinga, Município Barueri, Estado São Paulo, CEP: 06463-400 e no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/viaoeste. O Sr. Eduardo Siqueira Moraes Camargo pode ser contatado no telefone (11) 2664-6006 ou pelo e-mail cvm.viaoeste@grupoccr.com.br. Outras informações da Companhia podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da própria Companhia e da CVM.

2.2. Gestão de pessoas: A CCR ViaOeste acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Em 2014, foram investidos R$ 447 em programas de capacitação de 831 pessoas.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1. Mercado: A CCR ViaOeste é responsável pela ligação da capital paulista à região oeste paulista, um dos mais ricos e ativos pólos econômicos do país, e pela conexão entre os principais municípios do Estado de São Paulo, desempenhando papel fundamental no transporte de cargas em geral e no transporte dos usuários residentes dessa região.

3.2. Desempenho CCR ViaOeste:

Em R$ mil	2014	2013	Var.%
Receita líquida	930.196	842.566	10,40%
Receita de pedágio	927.911	871.261	6,50%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	70.876	35.906	97,39%
Outras receitas	12.892	11.815	9,12%
(-) Deduções da receita bruta	81.483	76.415	6,63%
(-) Custos e despesas (a)	427.903	358.446	19,38%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	70.876	35.906	97,39%
Demais custos e despesas	357.027	322.540	10,69%
(-) Resultado financeiro líquido	80.988	66.491	21,80%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	136.258	139.845	0,0 p.p.
Lucro líquido	285.047	277.784	2,61%
(+) Resultado financeiro líquido	80.988	66.491	21,80%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	136.258	139.845	-2,56%
EBIT (b)	502.293	484.121	3,75%
Margem EBIT (b)	54,00%	57,46%	-3,5 p.p.
Margem EBIT ajustada (c)	58,45%	60,02%	-1,6 p.p.
(+) Depreciação/amortização	102.018	93.178	9,49%
EBITDA (b)	604.311	577.299	4,68%
Margem EBITDA (b)	64,97%	68,52%	-3,6 p.p.
(+) Provisão de manutenção (d)	21.765	11.785	84,68%
(+) Despesas antecipadas ao resultado (e)	3.297	3.297	0,0 p.p.
EBITDA ajustado	629.373	592.381	6,24%
Margem EBITDA ajustada (f)	73,24%	73,44%	-0,2 p.p.
Dívida bruta	914.155	892.122	2,47%
Investimentos	89.236	45.646	95,50%
Veículos equivalentes (em milhares)	127.492	123.389	3,33%

(a) Custos e despesas: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais. (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM n° 527/12. (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais. (d) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois refere-se a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. (e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois refere-se a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. (f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais.

3.2.1. Receita operacional consolidada: A receita bruta de pedágio em 2014 totalizou R$ 927.911 (+ 6,5% sobre 2013) e representou 98,63% do total da receita (sem receita de construção). O incremento das receitas de pedágio é consequência do tráfego que, medido em termos de veículos equivalentes, teve crescimento de 3,3% em relação a 2013 e da correção da tarifa média, que apresentou crescimento de 3%.

3.2.2. Custos e despesas: Os custos e despesas apresentaram um aumento de 19,3% em relação a 2013, perfazendo R$ 427.903 no ano de 2014. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo: • Os custos de construção atingiram R$ 70.876. O aumento de 97,4% decorreu, principalmente, do maior investimento em melhorias (*upgrade*) realizados dentro do trecho de concessão da CCR ViaOeste. Os valores de investimentos da CCR ViaOeste acompanham o Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. • A provisão de manutenção atingiu R$ 21.765 e apresentou um aumento de 84,7% em 2014, em relação ao ano de 2013. Durante o exercício de 2014, foram realizadas revisões das estimativas dos custos da provisão de manutenção envolvendo, entre outros, a análise da periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com os contratos de concessão, a estimativa dos custos a serem provisionados e a correspondente apuração do valor presente. • As despesas de depreciação e amortização somaram R$ 102.018 no ano de 2014. O crescimento de 9,5% decorre dos investimentos adicionais que entraram em operação, descrito na seção de investimentos, bem como do incremento previsto do tráfego no período. • O custo da outorga (que inclui a apropriação de despesas antecipadas) atingiu R$ 55.435. A variação de -8,1% deveu-se a redução da parcela de ônus variável das concessionárias de 3% para 1,5% da receita bruta, em compensação ao não reajuste das tarifas contratuais nas rodovias do Estado de São Paulo em 2013, conforme deliberado pela ARTESP. • O custo de serviços totalizou R$ 91.335, no ano de 2014, um aumento de 24,6%. Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial da rodovia, tais como: estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros. Em 2014 verificou-se um aumento de R$ 18.045 em relação a 2013, justificado pelos gastos em custo direto realizado no período. • O custo com pessoal atingiu R$ 52.035 no ano de 2014, registrando aumento de 8,5%. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao dissídio ocorrido em 2014. • As outras despesas e outros custos (serviços públicos, aluguéis, marketing, viagens, e outros) apresentaram redução de 4,5% e atingiram R$ 34.439 no ano de 2014, ficando em linha com os gastos realizados de 2013.

3.2.3. Resultado Financeiro: No ano de 2014, o resultado financeiro líquido negativo foi de R$ 80.988, comparado a um resultado negativo de R$ 66.491 em 2013. Houve aumento das receitas financeiras explicado, principalmente, pelo maior saldo médio de caixa, com consequente aumento do rendimento de aplicações financeiras. Compensando esse efeito houve aumento nos juros e variações monetárias decorrentes do financiamento ocorrido em Outubro de 2014.

3.2.4. Lucro Líquido: Em 2014, o lucro líquido atingiu R$ 285.047, apresentando um aumento de 2,6% em relação a 2013. O aumento decorreu, principalmente, do melhor desempenho operacional.

3.2.5. Dívida: Em 2014, a dívida líquida consolidada alcançou R$ 914.155 em comparação a R$ 892.122 em 2013. O crescimento da dívida deveu-se, principalmente, a 5ª Emissão de Debêntures da ViaOeste, realizada em outubro de 2014, no valor de R$ 440.000.

3.2.6. Investimentos: No acumulado do ano de 2014, os investimentos somaram R$ 89.236. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lindeira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos realizados em 2014, destacam-se: Rodovia Raposo Tavares (SP 270) - Marginais do km 92 ao km 106 - Pista Leste e Oeste, visando o aumento de capacidade do tráfego e a melhoria da fluidez e o Prolongamento do Contorno de São Roque que visa segregar o tráfego urbano do tráfego rodoviário de longa distância. Na Rodovia Presidente Castello Branco (SP 280), as principais obras realizadas em 2014 foram: Implantação da faixa adicional dos km 26 ao 32 pista leste, Marginal km 23+020 a 25+700 pista leste e pista oeste e Sistema de Drenagem Trevo Tamboré.

3.2.7. Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio Propostos: A Administração da CCR ViaOeste propõe a distribuição complementar de dividendos e/ou Juros Sobre Capital Próprio aos seus acionistas referentes ao exercício de 2014 totalizando R$ 10.370, montante a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária de 2015 (AGO).

4. Sustentabilidade: O Grupo CCR adota princípios como transparência e equidade, e é considerado uma referência no mercado.

Dentre os comitês de gestão que integram o Conselho de Administração da CCR, o Comitê de Estratégia e Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e estratégia de crescimento do Grupo. O Grupo CCR trabalha suas estratégias de negócio por meio de um processo de gestão integrada, buscando gerar valor nos seguintes capitais: • Capital financeiro: redução de custos, geração de receitas e acesso ao capital; • Capital social: desenvolvimento local, isto é inclusão social, educação, saúde, cultura e esporte; • Capital humano: treinamento, capacitação, qualidade de vida, inovação e realização pessoal; • Capital manufaturado: infraestrutura e equipamentos para a empresa desenvolver seus serviços; • Capital natural: redução de poluição e redução da degradação dos sistemas naturais; • Capital intelectual: conhecimento e propriedade intelectual.

4.1. Desempenho Social:

4.1.1. Capital Social e de Relacionamento - *Stakeholders:* No que diz respeito ao capital social, a ViaOeste desenvolve e apoia diversos projetos junto a seus públicos de relacionamento. Em 2014, a Companhia apoiou 18 ações culturais, sociais ou esportivas que beneficiaram 120 mil pessoas em 17 municípios lindeiros ao Sistema Castello-Raposo. Como exemplo de projetos realizados no ano de 2014 temos: **Programa Estrada para a Cidadania:** Desenvolvido nos municípios de Aluminio, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Barueri, Cotia, Carapicuiba, Embu das Artes, Itu, Itapevi, Jandira, Mairinque, Osasco, Santana de Parnaíba, São Roque, Sorocaba, Votorantim, Vargem Grande Paulista, o programa atendeu no último ano mais de 63 mil alunos de 4º e 5º ano, além de cerca de 3.000 professores do ensino fundamental das escolas municipais. Tem como objetivo conscientizar para o respeito à vida, a preservação do meio ambiente e formar pedestres e futuros motoristas mais conscientes de suas responsabilidades. Por meio das atividades realizadas dentro e fora das salas de aula, os alunos são estimulados a transmitir os valores aprendidos à família e à comunidade. **Programa Estrada para a Saúde:** Atenta às dificuldades do caminhoneiro para cuidar da saúde e aos riscos de acidentes decorrentes de problemas como o sono e a automedicação, a CCR ViaOeste realiza o Programa Estrada para a Saúde que oferece atendimentos gratuitos, onde o caminhoneiro pode fazer exames de glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; cuidar da saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), além de usufruir de outros serviços como corte de cabelo e massagem bioenergética. Em 2014, o projeto atendeu mais de 5.300 caminhoneiros. Conheça mais sobre os projetos socioambientais da CCR ViaOeste e das demais unidades do Grupo CCR no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/sustentabilidade.

4.1.2. Capital Humano e Intelectual: A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2014 ocorreram diversos treinamentos destacando-se: Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL), Programa de *Trainee*, SuperInteração/Gestão Participativa (disseminação aos colaboradores das metas pactuadas para o ano); Semana Interna do Trânsito (divulgação dos conceitos de direção defensiva); Inspiração (interação das áreas e a participação no processo de avaliação de competências) e; Programa de Formação de Novos Líderes (capacitação de colaboradores recém promovidos aos cargos de liderança).

4.2. Desempenho Ambiental:

4.2.1. Capital Natural: A CCR ViaOeste possui um programa estruturado com metas, recursos e responsáveis definidos para a gestão de recursos ambientais. Este programa tem foco a melhoria contínua, baseada em abordagens preventivas de gestão ambiental, visando o uso ou consumo sustentável de recursos naturais renováveis no longo prazo. No que concerne a emissão de Gases do Efeito Estufa, em 2014 a CCR ViaOeste atingiu suas metas e reduziu suas emissões absolutas e relativas diretas. Durante 2014 houve uma redução de 22,23% do consumo de água em comparação ao no de 2013. Entre as ações realizadas estão a utilização de reuso de água nos processos na sede da Companhia e a implantação de captação de água de chuva em algumas instalações. A CCR ViaOeste também atingiu sua meta em relação ao consumo de combustíveis fósseis, chegando a redução de 4,89%. Quanto aos recursos energéticos, durante 2014 a CCR ViaOeste investiu em novas tecnologias para a redução do consumo de energia elétrica. Entre as ações estão a substituição de lâmpadas comuns por LED, novo sistema de ar condicionado com maior eficiência e energia solar em equipamentos operacionais. Em relação à gestão de resíduos sólidos, a CCR ViaOeste atua nos processos de manipulação, armazenagem, tratamento, destinação e logística reversa, quando aplicável, dos resíduos que gera.

4.2.2. Capital Manufaturado: A geração de capital manufaturado se dá por meio de melhorias na infraestrutura da Companhia, aumentando a funcionalidade e eficiência de edificações, pavimentos e equipamentos. No trecho da Rodovia Raposo Tavares entre os kms 92 e 115 pistas leste e oeste foi utilizado o asfalto morno, que permite a produção de misturas asfálticas com redução de temperaturas em até 40ºC. Esse processo inovador desenvolvido no Centro de Pesquisas Rodoviárias (CPR) gera benefícios ambientais, como a redução das emissões de poluentes, do consumo de combustíveis, construtivos e melhora as condições de trabalho durante o processo de pavimentação, gerando também Capital Intelectual, Natural e Humano respectivamente. Nas marginais da Rodovia Castello Branco, através do equipamento cepilhamento que se trata de uma espécie de lixamento, consegue-se reduzir os níveis de irregularidades no pavimento de concreto, deixando as faixas de rolamento com maior conforto e segurança ao usuário, sem necessidade de demolição de placas para tal correção.

4.3. Reconhecimentos e Prêmios: • Rodovia Castello Branco conquista 4º. lugar no ranking das melhores do país, segundo Pesquisa CNT

5. Considerações Finais:

5.1. Agradecimentos: Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da CCR ViaOeste.

5.2. Auditores Independentes: Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

5.3. Declaração da Diretoria: Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("DELOITTE") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 25 de fevereiro de 2015 e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Barueri, 25 de fevereiro de 2015. **A Administração.**

continua

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

continuação

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	2013
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	93.079	171.226
Contas a receber	7	2.680	1.858
Contas a receber partes relacionadas	10	53.183	47.908
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	3.297	3.297
Tributos a recuperar		6.603	2.113
Despesas antecipadas		2.395	2.618
Outros créditos		388	2.062
Total do ativo circulante		161.625	231.082
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Conta reserva	22	115	109
Contas a receber - com operações de derivativos		5.669	-
Contas a receber - partes relacionadas	10	386	-
Despesas antecipadas de outorga fixa	9	120.159	100.219
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	23.079	26.376
Depósitos judiciais		793	2.640
Outros créditos		115	329
		150.316	129.673
Imobilizado	11	64.900	62.311
Intangível	12	1.019.794	1.035.738
Total do ativo não circulante		1.235.010	1.227.722
Total do ativo		1.396.635	1.458.804

Passivo	Nota	2014	2013
Circulante			
Contas a pagar com operações de derivativos	22	7.758	-
Debêntures e notas promissórias	14	305.747	430.086
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	19(d)(e)	8.815	-
Financiamentos e arrendamento mercantil financeiro	13	135	228
Fornecedores	15	21.107	14.680
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	10	2.157	37
Impostos e contribuições a recolher	16a	62.489	57.969
Impostos e contribuições parcelados	16b	-	6.515
Obrigações com o poder concedente	24b	1.239	1.147
Obrigações sociais e trabalhistas		9.775	9.857
Mútuos - partes relacionadas	10	871	-
Outras contas a pagar		5.755	5.847
Provisão de manutenção	18	1.188	18.648
Total do passivo circulante		427.036	545.014
Não circulante			
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	1.724	1.724
Debêntures	14	608.088	461.487
Financiamentos e arrendamento mercantil financeiro	13	185	321
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	10	-	189
Impostos diferidos	8b	52.446	61.095
Impostos e contribuições parcelados	16b	-	51.811
Obrigações com o poder concedente	24d	2.253	5.774
Outras contas a pagar		707	1.121
Provisão de manutenção	18	29.357	13.367
Mútuos - partes relacionadas	10	39.621	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	17	4.128	2.253
Total do passivo não circulante		738.509	599.142
Patrimônio líquido			
Capital social	19a	139.763	139.763
Reservas de capital	19c	2.677	2.677
Reservas de lucros	19b	88.650	172.208
Total do patrimônio líquido		231.090	314.648
Total do passivo e patrimônio líquido		1.396.635	1.458.804

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2014	2013
Receitas	20	930.196	842.566
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(70.876)	(35.906)
Provisão de manutenção	18	(21.765)	(11.785)
Depreciação e amortização		(85.166)	(77.555)
Custo da outorga		(55.435)	(60.296)
Serviços		(62.466)	(48.152)
Custo com pessoal		(35.211)	(33.474)
Materiais, equipamentos e veículos		(8.170)	(8.195)
Outros		(10.479)	(12.644)
		(349.568)	(288.007)
Lucro bruto		580.628	554.559
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(16.824)	(14.470)
Serviços		(28.869)	(25.138)
Materiais, equipamentos e veículos		(687)	(1.030)
Depreciação e amortização		(16.852)	(15.623)
Outros		(15.103)	(14.178)
		(78.335)	(70.439)
Resultado antes do resultado financeiro		502.293	484.120
Despesas financeiras	21	(100.867)	(78.764)
Receitas financeiras	21	19.879	12.273
		(80.988)	(66.491)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		421.305	417.629
Imposto de renda e contribuição social - correntes	8a	(144.907)	(139.806)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8a	8.649	(39)
Lucro líquido do exercício		285.047	277.784
Ordinárias	19f	0,01942	0,01893
Preferenciais	19f	0,02137	0,02082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	285.047	277.784
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	285.047	277.784

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de Reais)

			Reserva de Capital		Reserva de Lucros				
	Nota	Capital social	Ágio na Incorporação	Incentivos Fiscais	Legal	Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013		139.763	2.642	35	27.953	69.096	-	-	239.489
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	277.784	277.784
Distribuição de dividendos em 29 de abril de 2013		-	-	-	-	(40.000)	-	-	(40.000)
Destinações:									
Dividendos Intermediários em 30 de outubro de 2013		-	-	-	-	-	-	(162.625)	(162.625)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	33.000	(33.000)	-
Reserva de Retenção de Lucros		-	-	-	-	82.159	-	(82.159)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		139.763	2.642	35	27.953	111.255	33.000	-	314.648
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	285.047	285.047
Distribuição de dividendos em 28 de março de 2014	19d	-	-	-	-	(41.786)	(33.000)	-	(74.786)
Distribuição de dividendos em 30 de junho de 2014	19d	-	-	-	-	(69.449)	-	-	(69.449)
Destinações:									
Dividendos Intermediários em 28 de outubro de 2014	19d	-	-	-	-	(20)	-	(213.980)	(214.000)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	(10.370)	(10.370)
Reserva de Retenção de Lucros	19b	-	-	-	-	60.697	-	(60.697)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		139.763	2.642	35	27.953	60.697	-	-	231.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2014	2013
Lucro líquido do exercício	**285.047**	**277.784**
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.649)	39
Apropriação de despesas antecipadas	3.297	3.297
Depreciação e amortização	87.844	79.948
Baixa do ativo imobilizado	266	501
Juros e variação monetária sobre debêntures, notas promissórias, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro	94.335	71.873
Juros sobre mútuos	871	-
Capitalização de custo de financiamentos	(6.337)	(2.914)
Juros sobre impostos parcelados	3.424	3.448
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(154)	189
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	2.980	3.776
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	3.296	208
Amortização do direito de concessão	14.174	13.230
Resultado de operações com derivativos	(284)	-
Constituição da provisão de manutenção	21.765	11.785
	216.828	**185.380**
Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(668)	(371)
Contas a receber - partes relacionadas	(5.661)	(6.047)
Impostos a recuperar	(4.490)	954
Despesas antecipadas outorga fixa	(19.940)	(17.883)
Despesas antecipadas e outras	3.958	146
Outras contas a receber	-	(2.605)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	2.003	6.484
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	1.931	(2.376)
Obrigações sociais e trabalhistas	(82)	455
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisões para imposto de renda e contribuição social	126.382	108.273
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(143.991)	(88.080)
Obrigações com o poder concedente	(3.429)	(2.033)
Realização da provisão de manutenção	(26.215)	(15.865)
Outras contas a pagar	(506)	(1.260)
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(1.421)	(293)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**429.746**	**442.663**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(16.140)	(8.405)
Adições ao ativo intangível	(62.028)	(37.599)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(78.168)**	**(46.004)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(359.790)	(202.625)
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil		
Captações	437.785	199.675
Pagamentos de principal	(419.599)	(176.042)
Pagamentos de juros	(88.115)	(66.243)
Resgates / Aplicações na conta reserva	(6)	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(429.725)**	**(245.235)**
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(78.147)**	**151.424**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	171.226	19.802
No final do exercício	93.079	171.226
	(78.147)	**151.424**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Receitas			
Receita de pedágio	20	927.911	871.260
Receita de construção	20	70.876	35.906
Outras receitas	20	12.892	11.815
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(70.876)	(35.906)
Provisão de manutenção		(21.765)	(11.785)
Custos dos serviços prestados		(78.552)	(67.415)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(45.660)	(40.188)
Valor adicionado bruto		794.826	763.687
Depreciação e amortização		(102.018)	(93.178)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		692.808	670.509
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		19.879	12.273
Valor adicionado total a distribuir		712.687	682.782
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		31.358	29.317
Benefícios		10.963	9.585
FGTS		1.742	1.665
Outros		1.332	919
Tributos			
Federais		177.898	179.226
Estaduais		173	112
Municipais		47.027	44.141
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		100.302	78.317
Aluguéis		1.410	1.420
Outorga		55.435	60.296
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos		224.350	195.625
Lucros retidos do período		60.697	82.159
Valor adicionado total a distribuir		712.687	682.782

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede esta localizada à Rodovia Presidente Castello Branco, Km 24 - Lado Par - Conjunto Norte, bairro Jardim Mutinga, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Controladora final da Companhia é a CCR S.A. A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão entre 31 de março de 1998 e 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo. A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão, denominados de ampliações principais: **Marginais da Rodovia Presidente Castello Branco km 13,7 ao km 24,6:** Construção de marginais na Rodovia Presidente Castello Branco entre os km 13,7 e km 24,6 (região de Alphaville), concluída no primeiro semestre de 2001. **Duplicação da Rodovia Raposo Tavares km 34,0 ao km 115,5:** A duplicação entre os trechos dos km 34,0 ao km 45,0 e dos km 89,0 ao km 115,5 já foram concluídas. A duplicação entre o km 45,0 e km 89,0 deverá ser concluída até 2022, conforme Contrato de Concessão nº 003/CR/1998, de 30 de março de 1998 e seus Termos Aditivos e Modificativos. **Contornos de São Roque e Brigadeiro Tobias:** O contorno de São Roque foi executado no período de setembro de 2006 a agosto de 2007, na Rodovia Raposo Tavares (SP 270). O contorno de São Roque possui uma extensão de 4,5 km, em pista simples, com duas faixas de rolamento e acostamentos, desviando o tráfego pesado do centro do município de São Roque para a rodovia. O contorno de Brigadeiro Tobias, foi concluído em julho de 2007, na Rodovia Raposo Tavares - SP 270, no distrito de Sorocaba. Da mesma forma que o contorno de São Roque, esta obra permitiu o desvio do tráfego rodoviário do centro urbano do distrito de Brigadeiro Tobias, interligando a Rodovia Raposo Tavares (SP 270) entre o km 87,0 e o km 89,6. A Companhia também atuou no sentido de viabilizar soluções de investimentos e serviços de infraestruturas no trecho concedido à Companhia, contribuindo para o desenvolvimento das regiões lindeiras. Neste intuito, a Companhia seguiu com os seguintes projetos: **Projeto Cebolão:** O Projeto Cebolão consistiu na construção de um complexo viário, que se uniu ao antigo Cebolão, objetivando a redução do congestionamento na chegada à São Paulo, através da Rodovia Presidente Castello Branco. Este projeto também contemplou melhorias no trevo de acesso à Jandira, Itapevi e Aldeia da Serra. Dentro do escopo desse projeto, o Poder Concedente estendeu a área de atuação da Companhia e autorizou a extensão dos pedágios das praças de Barueri e Osasco para as pistas expressas da Rodovia Presidente Castello Branco. **Marginais de Sorocaba - km 92,0 a km 106,0:** Este investimento, com início em setembro de 2008, tem o intuito de atender aos níveis de serviço devido à alta demanda de tráfego rodoviário local, proporcionando mais conforto e fluidez aos usuários. A Companhia liberou para o tráfego de veículos a nova pista da marginal da Rodovia Raposo Tavares entre o km 95 e km 106, conforme abaixo: • 1ª Etapa: entre os km 99 e km 100 - conclusão em 06/2009; • 2ª Etapa: entre os km 95 e km 98 - conclusão em 12/2010; • 3ª Etapa: entre os km 98 e km 99, bem como, entre os km 100 e km 105 - conclusão em 03/2011; e • 4ª Etapa: entre os km 105 e km 106 - conclusão em 01/2013. A última etapa da construção da marginal da Rodovia Raposo Tavares, entre o km 92 e km 95, está prevista para 2015. **Bens reversíveis:** Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão. **Instituto CCR**: Em 19 de agosto de 2014, o Grupo CCR, constituiu o Instituto CCR com o objetivo de incentivar e promover atividades, programas e projetos nas áreas de cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, sem finalidade lucrativa. **Outras informações relevantes:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles: **(i) Procedimento administrativo - Termo Aditivo Modificativo nº 12/06:** Em fevereiro de 2012, foi recebida pela ViaOeste solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006, que trata do ree-

continua

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

continuação

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)

quilíbrio econômico financeiro da concessão. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a ViaOeste foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a ViaOeste apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a ViaOeste apresentou suas alegações finais. Em 05 de maio de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia que estão sob segredo de justiça. **(ii) Reajuste Tarifário de 2014:** A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável). Em 1º de julho de 2014 a concessionária propôs ação ordinária de desconstituição de ato administrativo, com pedido de condenação em obrigação de fazer e antecipação de tutela, visando à regularidade do Contrato com aplicação do índice contratual, e, em sede liminar, aplicação, a partir de 1º de julho de 2014, do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. Em 2 de julho de 2014, foi proferida decisão indeferindo o pedido de antecipação dos efeitos da tutela pleiteado pela ViaOeste. Em 11 de agosto de 2014 foi proferida decisão reconsiderando a decisão anterior e deferindo a antecipação de tutela. Em 13 de agosto de 2014 foi juntado ofício comunicando a suspensão da antecipação da tutela pelo Presidente do Tribunal de Justiça. Referida suspensão foi mantida pela maioria do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em julgamento ocorrido em 03 de setembro de 2014. Em primeira instância, o processo encontra-se em fase de instrução.

2. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia. **a)** ***Apuração do resultado*****:** Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **b)** ***Receitas de serviços*****:** As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização das rodovias pelos usuários. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 - Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **c)** ***Instrumentos financeiros*****:** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. • Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. • Instrumentos financeiros derivativos: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício, exceto quando da aplicação do *hedge* de fluxo de caixa. Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data. Hedge de fluxo de caixa: *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que (i) seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que (ii) possa afetar o resultado. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica "Reserva de *hedge* de fluxo de caixa". Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado. **d)** ***Capital Social*****:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis a emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de qualquer efeitos tributários. As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatáveis à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias. **e)** ***Caixa e equivalentes de caixa*****:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. **f)** ***Custo de transação na emissão de títulos de dívida*****:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **g)** ***Ativo imobilizado:*** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **h)** ***Ativos intangíveis*****:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil estimada. • Direito de concessão gerado na aquisição de negócios: Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. Os ativos intangíveis possuem vida útil indefinida e têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou em períodos menores, caso haja indicadores de perda de valor. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item "r". **i)** ***Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)*****:** • Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica recuperação do valor perdido, esta recuperação é registrada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j)** ***Provisões:*** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **k)** ***Provisão de manutenção - contratos de concessão:*** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. **l)** ***Receitas e despesas financeiras*****:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **m)** ***Capitalização dos custos dos empréstimos*****:** Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção. **n)** ***Benefícios a empregados*****:** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. ***o) Imposto de renda e contribuição social*****:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração. **p)** ***Resultado por ação*****:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. **q)** ***Direito da concessão*****:** Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 24) com base nos termos contratuais, sob o entendimento dos contratos de concessão destas investidas serem contratos executórios. A Administração da Companhia avalia que estes contratos de concessão podem ser encerrados sem custos relevantes que não sejam indenizados. **r)** ***Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)*****:** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **s)** ***Demonstrações de valor adicionado*****:** Foram elaboradas demonstrações do valor adicionado (DVA), nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras. **t)** ***Novos pronunciamentos e interpretações*****:** Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2014 pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação torne-se obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos - Contribuições dos empregados	Esclarece como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros que estejam relacionadas aos serviços prestados aos planos de benefícios definidos, levando em consideração se essas contribuições dependem da quantidade de anos de serviços prestados pelo empregado	(a)
Alterações à IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível	(b)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes	(c)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de *hegde*	(d)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2014; (b) Aplicação em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2016; (c) Aplicação em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2017; (d) Aplicação em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2018. Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, sem gerar efeitos.

continua

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

continuação

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)

Pronunciamento	Descrição
Nova interpretação - IFRIC 21 - Tributos	Esclarece as exigências relacionadas à compensação de ativos e passivos financeiros.
Alterações à IAS 32 - Instrumentos financeiros compensação de ativos e passivos financeiros	Esclarece as exigências relacionadas à compensação de ativos e passivos financeiros.
Alterações à IAS 36 - Divulgações do valor recuperável de ativos não financeiros	Excluem a exigência de divulgação do valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), para a qual o ágio ou outros ativos intangíveis, com vidas úteis indefinidas, foram alocados, quando não houver redução ao valor recuperável ou reversão da redução ao valor recuperável da correspondente UGC
Alterações à IAS 39 - Instrumentos financeiros: novação de derivativos e continuação da contabilização do "*hedge*"	Trazem a isenção da exigência de descontinuidade da contabilização de *hedge* quando um derivativo, designado como instrumento de *hedge*, é novado sob determinadas circunstâncias

3. Apresentação das demonstrações financeiras: Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/14, em conversão à MP nº 627/13, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada e, assim, quaisquer impactos tributários, se aplicáveis, ocorrerão a partir de janeiro de 2015. ***Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)*:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aplicadas de maneira consistente. Em 25 de fevereiro de 2015, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras. ***Base de mensuração*:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado. • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. ***Moeda funcional e moeda de apresentação*:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas Demonstrações foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***Uso de estimativas e julgamentos:*** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota		Nota	
2	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)	12	Amortização dos ativos intangíveis
7	Provisão para devedores duvidosos	17	Provisão para riscos
8b	Impostos diferidos	18	Provisão de manutenção
11	Depreciação do ativo imobilizado	22	Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e de divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuro projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidos de fontes públicas (BM&Bovespa e Bloomberg) • Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos de taxas de juros. Operações de *swap* de juros: Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente na data de mensuração.

5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **a)** Risco de crédito. **b)** Risco de taxas de juros e inflação. **c)** Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos, que potencialmente sujeitam as Companhias à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos financiamentos em reais; (2) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (3) IGP-M relativo ao ônus da concessão (4) IPCA ou IGP-M relatívo à tarifa básica de pedágio. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13 e 14. **c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidos nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos (valores brutos dos custos de transação), por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos
Financiamentos e Arrendamentos mercantis	135	117	68
Debêntures (a)	307.253	292.472	317.105

(a) Valores brutos do custo de transação. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$ 264.540, substancialmente composto por financiamentos e debêntures a pagar, conforme mencionado na nota explicativa nº 13 e 14. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	2014	2013
Caixa e bancos	2.483	2.274
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	90.596	168.952
	93.079	171.226

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,72% do CDI, equivalente a 10,73% ao ano (8,03% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2013).

7. Contas a receber:

	2014	2013
Circulante		
Pedágio eletrônico - outros (a)	2.134	1.448
Receitas acessórias (b)	655	673
	2.789	2.121
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(109)	(263)
	2.680	1.858

Idade de Vencimento dos Títulos:	2014	2013
Créditos a vencer	2.559	1.775
Créditos vencidos até 60 dias	105	73
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	16	10
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	24	49
Créditos vencidos há mais de 180 dias	85	214
	2.789	2.121

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; **(b)** Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; **(c)** Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) - É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	421.305	417.629
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(143.244)	(141.994)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas com brindes e associações de classe	(276)	(271)
Despesas indedutíveis	(2.126)	(1.222)
Incentivo relativo ao imposto de renda	4.533	4.062
Juros sobre capital próprio	3.526	-
Outros ajustes tributários	1.435	23
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(106)	(443)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(136.258)	(139.845)
Impostos correntes	(144.907)	(139.806)
Impostos diferidos	8.649	(39)

	2014	2013
	(136.258)	(139.845)
Alíquota efetiva de impostos	32,34%	33,49%

b. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Bases ativas	2014	2013
Depreciação de obras registradas no custo (a)	31.321	26.226
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (b)	23.941	19.640
Constituição da provisão de manutenção (c)	10.385	10.885
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.111	723
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	1.403	766
Custo de transação na emissão de títulos	232	259
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	891	89
Outros	1.455	1.658
	70.739	60.246

Bases passivas	2014	2013
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(89.827)	(88.537)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(18.478)	(18.121)
Amortização linear do Direito da Concessão gerada nas aquisições de negócios (fiscal) *versus* amortização pela curva de benefício econômico (contábil) (f)	(12.927)	(13.013)
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos	(11)	-
Outros	(1.942)	(1.670)
	(123.185)	(121.341)
Passivo fiscal diferido líquido	(52.446)	(61.095)

(a) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo, conforme legislação contábil e societária atual - Lei nº 11.638/07; **(b)** Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção, conforme legislação contábil e societária atual - Lei nº 11.638/07; **(c)** Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item "b", conforme legislação contábil e societária atual - Lei nº 11.638/07; **(d)** Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como melhorias, conforme legislação contábil e societária atual - Lei nº 11.638/07; **(e)** Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, conforme legislação contábil e societária atual - Lei nº 11.638/07; e **(f)** Diferença temporária entre a amortização fiscal (linear) e contábil (curva de benefício econômico) do direito de concessão gerado na aquisição de negócios, conforme legislação contábil e societária atual - Lei nº 11.638/07.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão:

	Início da concessão (1)	
	2014	2013
Circulante	3.297	3.297

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Não Circulante	23.079	26.376	120.159	100.219	143.238	126.595

(1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão, foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão. **(2)** Para adequação do valor mensal dos custos com outorga fixa na Companhia pela extensão do prazo de março de 2018 para dezembro de 2022, sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativada e será apropriada ao resultado no período de extensão da concessão.

10. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2014 e 2013, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e coligadas podem ser assim demonstradas:

	Transações			Saldos			
				Ativo	Passivo		
	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	Contas a receber	AFAC	Mútuo	Fornecedores
Controladora							
CCR S.A. - Divisão Actua (a) (h)	-	11.757	-	-	1.724	-	920
Coligadas							
CGMP (g)	-	-	-	51.702	-	-	-
Samm (f)	4.039	-	-	1.855	-	-	-
CPC (b)	-	15.451	-	-	-	-	1.225
AutoBan (c)	-	-	-	6	-	-	-
MSVia (c)	-	-	-	6	-	-	-
SPVias (c)	-	-	-	-	-	-	1
ViaQuatro (c)	-	-	-	-	-	-	1
Rodoanel Oeste (c) (d)	-	-	871	-	-	40.492	9
Serveng Cilvilsan (e)	-	-	-	-	-	-	1
Total circulante, 31 de dezembro de 2014				53.183	-	871	2.157
Total não circulante, 31 de dezembro de 2014				386	1.724	39.621	-
Total, 31 de dezembro de 2014	4.039	27.208	871	53.569	1.724	40.492	2.157
Total, 31 de dezembro de 2013	1.857	29.541	-	47.908	1.724	-	226

Despesas com profissionais chave da Administração	2014	2013
Remuneração (i):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.274	1.581
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado (j)	2.125	1.520
Previdência privada	78	41
Seguro de vida	5	6
	3.482	3.148

Na AGO realizada em 15 de abril de 2014, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R$ 3.200, a qual não inclui os encargos sociais. O excedente pago em relação ao aprovado, será submetido a ratificação na próxima AGO.

Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração:	2014	2013
Remuneração dos administradores (i)	1.016	1.069

(a) Contrato de prestação de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; **(b)** Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; **(c)** Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; **(d)** Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória - MP nº 651/14, remunerada a taxa de 105% do CDI. Os juros serão pagos semestralmente, em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal; **(e)** Prestação de serviços por empreitada a preço global com vigência de 17 de abril de 2014 a 11 de fevereiro de 2015; **(f)** Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M; **(g)** Valores de tarifa de pedágio cobrados de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados à companhia no mês subsequente; **(h)** Adiantamento para futuro aumento de capital; **(i)** Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas; e **(j)** Parte do valor refere-se ao adicional de provisão de participação de resultado de 2013, aprovado na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2014.

11. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2014 Custo	2014 Depreciação	2014 Líquido	2013 Custo	2013 Depreciação	2013 Líquido
Móveis e utensílios	11	3.896	(2.038)	1.858	3.615	(2.080)	1.535
Máquinas e equipamentos	12	33.944	(16.117)	17.827	36.358	(20.675)	15.683
Veículos	20	12.295	(4.734)	7.561	11.235	(6.594)	4.641
Instalações e edificações	5	2.130	(2.015)	115	2.130	(1.986)	144
Equipamentos operacionais	16	67.227	(39.889)	27.338	80.261	(47.456)	32.805
Imobilizado em andamento	-	10.201	-	10.201	7.503	-	7.503
		129.693	(64.793)	64.900	141.102	(78.791)	62.311

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Movimentação do custo	2013	2014			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.615	517	(508)	272	3.896
Máquinas e equipamentos	36.358	361	(8.118)	5.343	33.944
Veículos	11.235	3	(3.475)	4.532	12.295
Instalações e edificações	2.130	-	-	-	2.130
Equipamentos operacionais	80.261	187	(15.520)	2.299	67.227
Imobilizado em andamento	7.503	15.838	-	(13.140)	10.201
	141.102	16.906	(27.621)	(694)	129.693

continua

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

continuação

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)

	2012	2013			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.924	5	(692)	378	3.615
Máquinas e equipamentos	33.896	4	-	2.458	36.358
Veículos	10.146	-	(346)	1.435	11.235
Instalações e edificações	2.130	-	-	-	2.130
Equipamentos operacionais	75.929	-	(379)	4.711	80.261
Imobilizado em andamento	8.058	8.961	-	(9.516)	7.503
	134.083	8.970	(1.417)	(534)	141.102

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Movimentação da depreciação

	2013	2014			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	(2.080)	(361)	503	(100)	(2.038)
Máquinas e equipamentos	(20.675)	(3.528)	8.092	(6)	(16.117)
Veículos	(6.594)	(1.397)	3.257	-	(4.734)
Instalações e edificações	(1.986)	(29)	-	-	(2.015)
Equipamentos operacionais	(47.456)	(7.939)	15.503	3	(39.889)
	(78.791)	(13.254)	27.355	(103)	(64.793)

	2012	2013			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	(1.909)	(367)	196	-	(2.080)
Máquinas e equipamentos	(17.546)	(3.219)	90	-	(20.675)
Veículos	(6.072)	(900)	378	-	(6.594)
Instalações e edificações	(1.952)	(34)	-	-	(1.986)
Equipamentos operacionais	(39.792)	(7.916)	252	-	(47.456)
	(67.271)	(12.436)	916	-	(78.791)

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R$ 766 em 2014 (R$ 565 em 2013). A taxa média anual de capitalização no exercício de 2014 foi de 8,82% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 6,99% a.a. no exercício de 2013.

12. Ativos Intangíveis:

	Taxa média anual de amortização %	2014			2013		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (b)	(*)	1.319.161	(451.359)	867.802	1.247.077	(378.175)	868.902
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	10.092	(7.245)	2.847	9.664	(6.090)	3.574
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	1.557	(1.211)	346	1.352	(1.063)	289
Direito da concessão - ágio (c)	(*)	251.709	(102.910)	148.799	251.709	(88.736)	162.973
		1.582.519	(562.725)	1.019.794	1.509.802	(474.064)	1.035.738

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

Movimentação do custo

	2013	2014			
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Ressarcimento de obras (**)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (b)	1.247.077	72.023	61	-	1.319.161
Direitos de uso de sistemas informatizados	9.664	-	428	-	10.092
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.352	-	205	-	1.557
Direito da concessão - ágio (c)	251.709	-	-	-	251.709
	1.509.802	72.023	694	-	1.582.519

Movimentação do custo

	2012	2013			
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Ressarcimento de obras (**)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (b)	1.216.288	36.676	402	(6.289)	1.247.077
Direitos de uso de sistemas informatizados	9.532	-	132	-	9.664
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.352	-	-	-	1.352
Direito da concessão - ágio (c)	251.709	-	-	-	251.709
	1.478.881	36.676	534	(6.289)	1.509.802

(**) Refere-se à parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras que foram realizadas pela Companhia, conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20.

Movimentação da amortização

	2013	2014		
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(378.175)	(73.287)	103	(451.359)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(6.090)	(1.155)	-	(7.245)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(1.063)	(148)	-	(1.211)
Direito da concessão - ágio (c)	(88.736)	(14.174)	-	(102.910)
	(474.064)	(88.764)	103	(562.725)

	2012	2013		
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(311.927)	(66.248)	-	(378.175)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(4.984)	(1.106)	-	(6.090)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(905)	(158)	-	(1.063)
Direito da concessão - ágio (c)	(75.506)	(13.230)	-	(88.736)
	(393.322)	(80.742)	-	(474.064)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível. **(b)** Do montante de R$ 1.319.161, em 31 de dezembro de 2014, R$ 89.681 referem-se à intangível em fase de construção e não disponibilizado ao usuário; e **(c)** Direito da Concessão: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005. Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R$ 5.571 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (R$ 2.349 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013). A taxa média anual de capitalização no exercício de 2014 foi de 8,82% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 6,99% a.a. no exercício de 2013.

13. Financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros:

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Vencimento final	2014	2013	
1. Alfa S.A. (Finame)	5,5% a.a.	Julho de 2017	302	419	(a)
2. Alfa S.A. (Finame)	7,0% a.a.	Maio de 2015	18	63	(a)
3. Itaú Leasing S.A. (Arrend. Mercantil)	1,23% a.m.	Março de 2014	-	67	(a)
Total em moeda nacional			320	549	
Circulante			135	228	
Não circulante			185	321	

Garantias: (a) Bens financiados.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2014
2016	117
2017	68
	185

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

(1) Em 29 de outubro de 2012, a Companhia captou R$ 525 através de Finame junto ao Banco Alfa, com remuneração fixa de juros de 5,50% ao ano, com vencimento em 17 de julho de 2017 e pagamentos mensais de juros e principal no respectivo dia 15. **(2)** Nos financiamentos juto aos contratos de Finame, quando a TJLP for superior à taxa de 6% ao ano, a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme cronograma de amortizações originalmente previsto. **(3)** Em 21 de julho de 2011, a Companhia firmou o contrato de arrendamento mercantil com o Banco Itaú Leasing S.A., no montante de R$ 280, com pagamento de principal e juros em 36 parcelas mensais e com vencimento final em 21 de julho de 2014. A taxa de juros é de 1,23% a.m.

14. Debêntures e notas promissórias

	Série	Taxas Contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldo de custo de transação a apropriar 2014	Vencimento final	2014	2013	
1	3a. Emissão Série Única	110,5% do CDI	0,2201% (a)	740	7	Fevereiro de 2015	22.232	66.451	(d)
2	4a. Emissão Série Única	108,3% do CDI	0,1723% (a)	3.816	980	Maio de 2017	444.755	621.216	(d)
3	5a. Emissão Série 1 (c)	106,1% do CDI	0,1611% (a)	835	757	Setembro de 2017	297.357	-	(d)
3	5a. Emissão Série 2	IPCA+5,67 % a.a.	0,3360% (b)	1.380	1.251	Setembro de 2019	149.491	-	(d)
4	Cetip (Notas promissórias)	104,4% do CDI	0,1629% (a)	325	-	Outubro de 2014	-	203.906	(d)
Total geral					2.995		913.835	891.573	
Circulante									
Debêntures e notas promissórias							307.253	431.354	
Custo de transação							(1.506)	(1.268)	
							305.747	430.086	
Não Circulante									
Debêntures							609.577	462.474	
Custo de transação							(1.489)	(987)	
							608.088	461.487	

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. **(b)** O custo efetivo desta transação refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis. **(c)** A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 22.

Garantias: (d) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2014
2016	292.472
2017	175.230
2019	141.875
	609.577

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. **1.** Em 20 de fevereiro de 2011, foi realizada a 3ª emissão pública de debêntures, no total de 150.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, com valor nominal total de R$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 21 de fevereiro de 2011, pelo mesmo montante. As debêntures têm remuneração de 110,50% do CDI. Os juros estão sendo pagos em 8 parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2012 e de 2015. A amortização do principal está sendo realizada em 8 parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2012 e de 2015, podendo ser totalmente resgatadas, a qualquer momento, a critério da emissora. A principal obrigação e cláusula restritiva é não distribuir dividendos ou efetuar pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao mínimo legal, caso o resultado da divisão "Dívida líquida/EBITDA" seja superior a 4 e/ou o ICSD seja inferior a 1,2. **2.** Em 28 de abril de 2012, a Companhia realizou a 4ª emissão pública de 75.000 debêntures, simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com valor nominal total de R$ 750.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2012, no valor total de R$ 751.887. As debêntures têm remuneração de 108,30% do CDI. Esta emissão não conta com garantias. O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira: • Amortização: em 17 parcelas iguais, trimestrais e sucessivas, iniciando-se a primeira em 28 de maio de 2013; • Juros: trimestralmente, entre 28 de maio de 2012 e 28 de maio de 2017. As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, mediante pagamento de prêmio de resgate de no máximo 0,75% incidente sobre o valor do resgate e/ou amortização. Os principais critérios para o vencimento antecipado são: • Ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Companhia que venha a resultar na alienação do seu controle acionário a terceiros, sem prévia e expressa aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação, restando autorizadas as hipóteses de transferência de controle dentro do grupo econômico da CCR. • Caso a Companhia, sem que haja a aprovação prévia da maioria simples dos debenturistas, realize uma ou mais novas emissões de debêntures que, na data de cada respectiva emissão, leve o índice de dívida líquida / EBITDA a um valor superior a 4, calculado com base nas demonstrações financeiras mais recentes divulgadas à CVM e ao mercado, ressalvado, contudo, emissões cuja totalidade ou parcela dos recursos captados sejam, destinados ao pré-pagamento e liquidação das debêntures da presente emissão, as quais não estão sujeitas ao limite estabelecido neste item; • Redução do capital social da Companhia sem que haja anuência prévia da maioria simples dos titulares das debêntures em circulação; • Constituir ou permitir a constituição, em garantia de novas dívidas, de quaisquer ônus, encargos ou gravames sobre qualquer um de seus ativos atualmente existentes ou doravante adquiridos. **3.** Em 03 de outubro de 2014, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM n° 476, no valor nominal total de R$ 440.000, não podendo ser facultativamente resgatadas. Sobre o montante da primeira série, R$ 290.000, incorrerão juros de 106,10% do CDI, em um prazo total de 3 anos, vencendo portanto em 15 de setembro de 2017. O principal e juros serão pagos em 10 parcelas iguais e sucessivas, trimestralmente, a partir de 15 de junho de 2015. Os juros da segunda série serão pagos semestralmente, a partir de 15 de março de 2015, sendo o principal amortizado no vencimento da operação, em 15 de setembro de 2019. As debêntures da segunda série têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios 5,67% a.a. incidentes sobre o valor atualizado. Em 27 de outubro de 2014, foi contratada operação de *swap* para a segunda série onde houve a troca do indexador IPCA + 5,67% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelo percentual de aproximadamente 100% do CDI. O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4, exceto se a Companhia optar por contratar e apresentar ao Agente Fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, conforme definição expressa na escritura de emissão desta debênture. **4.** Em 11 de outubro de 2013, foi contratada nota promissória comercial com valor nominal total de R$ 200.000, sem garantias, com vencimento de juros e principal em 06 de outubro de 2014 e remuneração de 104,45% do CDI. Na data de vencimento, as debêntures foram resgatadas na totalidade.

15. Fornecedores

	2014	2013
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	10.870	6.069
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	233	107
Cauções e retenções contratuais (b)	10.004	8.504
	21.107	14.680

(a) Os saldos da Companhia referem-se principalmente aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

16. Impostos e contribuições a recolher e parcelados

a) Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais - a recolher

	2014	2013
IRPJ e CSLL	52.839	50.598
ISS	4.342	3.978
COFINS	2.523	2.325
IRRF	1.657	82
PIS	546	504
PIS, COFINS e CSLL retidos	300	184
INSS retidos	282	298
	62.489	57.969

b) *Obrigações fiscais parceladas*

	2013	2014			
Circulante	Saldo inicial	Provisão de juros	Realização (a)	Transferências	Saldo final
Parcelamento Lei 11.941/09	6.515	365	(22.129)	15.249	-
Não circulante					
Parcelamento Lei 11.941/09	51.811	3.059	(39.621)	(15.249)	-
Total	58.326	3.424	(61.750)	-	-
	2012	2013			
Circulante	6.147	370	(6.482)	6.480	6.515
Não circulante	55.213	3.078	-	(6.480)	51.811
Total	61.360	3.448	(6.482)	-	58.326

(a) Em 29 outubro de 2014, os impostos parcelados através da Lei nº 11.941/09 foram objeto de quitação antecipada por meio da sistemática prevista no artigo 33 da Medida Provisória nº 651/14, posteriormente convertida na Lei nº 13.043/15, mediante utilização de saldos de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas próprios ou cedidos por outras pessoas jurídicas controladas pela mesma empresa controladora e pagamento em dinheiro de no mínimo 30% do saldo do parcelamento.

17. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.

	2013	2014				
Não circulante	Saldo inicial	Constituição	Atualização monetária	Pagamentos	Reversão	Saldo final
Cíveis e administrativos	927	325	68	(58)	(45)	1.217
Trabalhistas e previdenciários	1.326	1.675	186	(154)	(122)	2.911
	2.253	2.000	254	(212)	(167)	4.128

continua

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

continuação

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)

Não circulante	2012 Saldo inicial	2013 Constituição	Atualização monetária	Pagamentos	Reversão	Saldo final
Movimento em 2013	2.338	1.164	-	(293)	(956)	2.253

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R$ 549 e R$ 660, respectivamente (R$ 10.340 e R$ 460 respectivamente em 2013). A Companhia possui outros riscos relativos a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2014	2013
Cíveis e administrativos	14.428	11.253
Trabalhistas	853	1.294
	15.281	12.547

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 1.517.

18. Provisão de manutenção

	2013 Saldo inicial	2014 Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajustes valor presente	Realização	Transferências	Saldo Final
Circulante	18.648	3.622	1.496	(26.215)	3.637	1.188
Não circulante	13.367	18.143	1.484	-	(3.637)	29.357
Total	32.015	21.765	2.980	(26.215)	-	30.545

	2012 Saldo inicial	2013 Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajustes valor presente	Realização	Transferências	Saldo Final
Circulante	18.240	9.488	4.360	(15.865)	2.425	18.648
Não circulante	14.079	2.297	(584)	-	(2.425)	13.367
Total	32.319	11.785	3.776	(15.865)	-	32.015

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2014 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a., 8,20% a.a., 10,14% a.a. e 12,29% a.a., respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

19. Patrimônio Líquido: a. Capital social: O capital social da Companhia é de R$ 139.763, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 13.976.292.242 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 6.988.146.121 ordinárias e 6.988.146.121 preferenciais. Não houve movimentações das ações durante os exercícios de 2014, 2013 e 2012. **b. Reserva de lucros:** • *Reserva legal*: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, o qual já foi atendido. • *Reserva de retenção de lucros*: É constituída para a aplicação em investimentos em infraestrutura previstos no orçamento de capital, aprovado em Assembleia Geral Ordinária. **c. Reserva de capital:** A reserva de capital, no montante de R$ 2.677, é oriunda da diferença entre o valor do acervo líquido incorporado e o valor do patrimônio líquido da Wolfson Empreendimentos Ltda., por ocasião de sua incorporação conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005. **d. Dividendos:** Em 28 de março de 2014, foi aprovada em AGE, a distribuição de dividendos no montante de R$ 74.786 correspondentes a R$ 0,00510 por lote de mil ações ordinárias e R$ 0,00561 por lote de mil ações preferenciais, à conta de reserva de retenção de lucros, pagos em 31 de março de 2014. Em 30 de junho de 2014, foi aprovada em AGE, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$ 69.449 correspondentes a R$ 0,00473 por lote de mil ações ordinárias e R$ 0,00520 por lote de mil ações preferenciais, à conta de reserva de retenção de lucros de 2013, pagos em 30 de junho de 2014. Em 28 de outubro de 2014, foi aprovada em AGE, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$ 214.000 à conta de totalidade do saldo de Reserva de Retenção de Lucros e parte dos lucros apurados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2014 e 30 de setembro de 2014 correspondentes a R$ 0,01458 por lote de mil ações ordinárias e R$ 0,01604 por lote de mil ações preferenciais, pagos em 29 de outubro de 2014. **e. Juros sobre capital próprio:** Em 19 de dezembro de 2014, foi aprovada em ata de AGE, o destaque pela Companhia de juros sob capital próprio no montante de R$ 10.370 relativo ao lucro do exercício, que serão pagos até 31 de dezembro de 2015. **f. Lucro por ação básico e diluído:** A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

Numerador	2014	2013
Lucro líquido do exercício	285.047	277.784
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído	6.988.146.121	6.988.146.121
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído	6.988.146.121	6.988.146.121
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,01942	0,01893
Lucro por ação preferencial - básico e diluído	0,02137	0,02082

20. Receitas	2014	2013
Receitas de pedágio	927.911	871.260
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	70.876	35.906
Receitas acessórias	12.892	11.815
Receita bruta	1.011.679	918.981
Impostos sobre receitas	(81.455)	(76.609)
Abatimentos	(28)	194
Deduções da receita bruta	(81.483)	(76.415)
Receita líquida	930.196	842.566

21. Resultado financeiro	2014	2013
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamento mercantil	(92.754)	(71.873)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(2.980)	(3.776)
Capitalização de custos dos empréstimos	6.337	2.914
Juros sobre impostos parcelados	(3.424)	(3.448)
Perda com operações de derivativos	(3.500)	-
Valor justo sobre financiamentos *(fair value option)*	(1.159)	-
Variação monetária sobre debêntures	(1.581)	-
Juros sobre mútuos	(871)	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(935)	(2.581)
	(100.867)	(78.764)
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	12.094	8.049
Ganho com operações de derivativos	1.411	-
Valor justo sobre financiamentos *(fair value option)*	3.532	-
Juros e outras receitas financeiras	2.842	4.224
	19.879	12.273
Resultado financeiro líquido	(80.988)	(66.491)

22. Instrumentos financeiros: A Companhia mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria:

Ativos	2014 Valor justo por meio do resultado	2014 Empréstimos e recebíveis	2014 Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	2013 Valor justo por meio do resultado	2013 Empréstimos e recebíveis	2013 Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)
Aplicações financeiras	90.596	-	-	168.952	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	115	-	-	109	-	-
Contas a receber	-	2.680	-	-	1.858	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	53.569	-	-	47.908	-
Contas a receber com operações de derivativos	5.669	-	-	-	-	-
Passivos						
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	-	-	(67)
Contas a pagar com operações de derivativos	(7.758)	-	-	-	-	-
Debêntures e notas promissórias (a)	(149.491)	-	(764.344)	-	-	(891.573)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(320)	-	-	(482)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(27.569)	-	-	(21.648)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(2.157)	-	-	(226)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(40.492)	-	-	-
Partes relacionadas - AFAC	-	-	(1.724)	-	-	(1.724)
Total	(60.869)	56.250	(836.606)	169.061	49.766	(915.720)

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - conta reserva -** São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações; • **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar -** Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações; • **Financiamentos em moeda nacional e arrendamento mercantil financeiro -** Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos; • **Debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2014 Valor contábil (a)	2014 Valor justo (b)	2013 Valor contábil (a)	2013 Valor justo (b)
Debêntures	766.088	774.396	893.828	903.969

(a) Valores brutos dos custos de transação. **(b)** Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", abaixo. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente. **Debêntures mensurados ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*)** - A Administração da Companhia entendeu que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto que a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R$ 151.864 em 31 de dezembro de 2014. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2014	2013
Aplicações financeiras e conta reserva	90.711	169.061
Derivativos	(2.089)	-
Debêntures	(149.491)	-
	(60.869)	169.061

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Instrumentos financeiros derivativos:** Em 27 de outubro de 2014 a Companhia emitiu debêntures da 2ª série, da 5ª emissão, remuneradas a 5,67% ao ano sobre a variação do IPCA, sendo que na mesma data da emissão foi firmado contrato de *swap* trocando a totalidade da remuneração por 100% e 99,90% do CDI.

	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valores de referência (Nocional) Moeda local 2014	Valores de referência (Nocional) Moeda local 2013	Valor justo Moeda local 2014	Valor justo Moeda local 2013	Moeda local Recebidos/ (Pagos) 2014	Moeda local Recebidos/ (Pagos) 2013	Efeito acumulado Valores a receber/ (recebidos) 2014	Efeito acumulado Valores a receber/ (recebidos) 2013	Efeito acumulado Valores a pagar/(pagos) 2014	Efeito acumulado Valores a pagar/(pagos) 2013	Resultado Ganho/(Perda) em resultados 2014	Resultado Ganho/(Perda) em resultados 2013
Posição ativa	BTG Pactual	27/10/2014	16/09/2019 (2)	IPCA + 5,67%	75.000	-	75.371	-	-	-	2.781	-	(3.885)	-	(1.104)	-
Posição passiva				100% do CDI	-	-	(76.475)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição ativa	Merrill Lynch	27/10/2014	16/09/2019 (2)	IPCA + 5,67%	75.000	-	75.457	-	-	-	2.888	-	(3.873)	-	(985)	-
Posição passiva				99,90% do CDI	-		(76.442)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2014					150.000	-	(2.089)	-	-	-	5.669	-	(7.758)	-	(2.089)	-

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	2014	2013
Riscos de juros	(2.089)	-

Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade referentes aos juros e variações monetárias. Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros**: Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2015 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R$[2]	Consolidado - Efeito em R$ no resultado Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do CDI	Fevereiro de 2015	22.239	(366)	(452)	(537)
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2017	445.734	(55.638)	(69.616)	(83.621)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	298.115	(36.412)	(45.546)	(54.693)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Setembro de 2019	153.115	(18.889)	(21.457)	(24.025)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Setembro de 2019	(153.202)	18.927	21.501	24.074
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Setembro de 2019	152.949	(17.687)	(22.108)	(26.530)
Total do efeito de perda				(110.065)	(137.678)	(165.332)
As taxas de juros consideradas foram:						
CDI [1]				11,57%	14,46%	17,36%
IPC-A [3]				6,12%	7,65%	9,18%

(1) A taxa apresentada acima refere-se a taxa de 31/12/2014 divulgada pela CETIP e serviu como base para o cálculo do cenário provável. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo. **(2)** Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2014, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores. **(3)** Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

23. Cobertura de seguros: A Companhia adota política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2014, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme abaixo: • Responsabilidade civil - R$ 59.000; • Riscos de engenharia - conservação e manutenção - R$ 23.000; • Riscos de engenharia - ampliação e melhoramentos - R$ 27.427; • Riscos patrimoniais / operacionais - R$ 60.000; • Perda de receita - R$ 86.015; e • Veículos: cobertura para danos materiais e pessoais de R$ 51.000 (R$ 500 por veículo) e para danos morais R$ 10.200 (R$ 100 por veículo). Além disso, a Companhia possui três apólices de seguro garantia no valor total de R$ 229.343, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no Contrato de Concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

24. Compromissos vinculados a contratos de concessão: ***a. Decorrente do direito de outorga fixa:*** Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal 2014	Valor nominal 2013	Valor presente 2014	Valor presente 2013
Outorga fixa	190.437	232.367	173.962	204.786

O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até fevereiro de 2018, corrigidas monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando uma taxa real de juros de 5% a.a, compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto. Esses compromissos, atualizados até 31 de dezembro de 2014, estavam assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2015	60.138	57.865
2016	60.138	55.110
2017	60.138	52.486
2018	10.023	8.501
Total	190.437	173.962

continua

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

continuação

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)

No decorrer do exercício de 2014, foi pago ao Poder Concedente o montante de R$ 57.953 (sendo R$ 24.291 em caixa e R$ 33.662 através de encontro de contas financeiras referente ao direito de outorga fixa (R$ 54.136 no exercício de 2013, sendo R$ 16.826 em caixa e R$ 37.310 através de encontro de contas financeiras). ***b. Decorrente do direito de outorga variável*:** Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 1,5% da receita bruta. O saldo de outorga variável a pagar em 31 de dezembro de 2014 era de R$ 1.239 (R$ 1.147 em 31 de dezembro de 2013). No decorrer do exercício de 2014 foi pago ao Poder Concedente o montante de R$ 14.039, referente ao direito de outorga variável (R$ 21.691 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013). ***c. Compromisso com o Poder Concedente*:** A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 31 de dezembro de 2014 esses compromissos totalizavam R$ 604.312 (R$ 537.663 em 31 de dezembro de 2013 reapresentado) e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário. Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio. ***d. Obras a executar*:**

Não circulante	**2014**	**2013**
Obrigações com o Poder Concedente	2.253	5.774

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o Poder Concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e Brigadeiro Tobias para a Companhia. Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20, de 27 de janeiro de 2011, com o objetivo de recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato de Concessão decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas, o Poder Concedente autorizou à Companhia a utilização de 28 parcelas da outorga fixa, período compreendido entre dezembro de 2010 e março de 2013, e a utilização de duas parcelas da outorga variável, período compreendido entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011.

25. Plano de previdência privada (contribuição definida): Os montantes reconhecidos como despesas nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, relativo ao plano de previdência privada (contribuição definida) estão demonstrados abaixo:

	2014	**2013**
Plano de previdência privada (contribuição definida)	400	341

26. Demonstração dos fluxos de caixa

Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram caixa e, portanto, foram ajudas na demonstração dos fluxos de caixa de exercício de 2014:

	2014
Fornecedores	(4.424)
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisões para imposto de renda e contribuição social	39.621
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	35.197
Adições ao ativo intangível	4.424
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	4.424
Mútuos com partes relacionadas - Captações	(39.621)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	(39.621)

Composição do Conselho de Administração		**Composição da Diretoria**	**Contador**
Renato Alves Vale - Presidente	**Ítalo Roppa** - Vice-Presidente	**Eduardo Siqueira Moraes Camargo** Diretor Presidente e de Relações com Investidores	**Hélio Aurélio da Silva** CRC 1SP129452/O-3
Antônio Linhares da Cunha - Conselheiro	**Arthur Piotto Filho** - Conselheiro		
Marcus Rodrigo de Senna - Conselheiro	**Leonardo Couto Vianna** - Conselheiro	**Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura** Diretor	

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n° 2 SP 011609/O-8

João Rafael Belo de Araújo Filho
Contador
CRC n°1 SP 246752/O-6

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

CNPJ/MF: 15.578.569/0001-06 – NIRE: 35.300.438.26-4

Ata da RCA Realizada em 06 de Fevereiro 2015

1- Data, Hora e Local: Dia 06/02/2015, às 10 horas, na sede social da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Concessionária"), localizada na Rodovia Hélio Smidt, sem nº, Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos/SP, CEP 07190-100. **2- Convocação e Presença:** Convocação realizada nos termos do Parágrafo 1º, do Artigo 16 do Estatuto Social da Concessionária, com a presença da totalidade dos Conselheiros. **3- Mesa:** Presidente: Gustavo Nunes da Silva Rocha e Secretária: Débora Benassi **4- Ordem do dia:** Deliberar sobre: (i) Orçamento da Concessionária para o ano de 2015; (ii) Prestação de contra garantia ao seguro garantia contratado junto às seguradoras BTG Pacutal e Austral; (iii) Celebração do terceiro termo de aditamento ao contrato de obras celebrado com à Construtora OAS S.A.; e (iv) Autorização à Diretoria da Concessionária para tomar todas as medidas necessárias à implementação das deliberações tomadas. **5- Assuntos e Deliberações:** Os Conselheiros aprovaram, por unanimidade de votos dos presentes e sem quaisquer restrições, a lavratura da presente ata sob a forma sumária e a sua publicação com a omissão das assinaturas dos Conselheiros. Examinadas as matérias constantes da ordem do dia, foram tomadas as seguintes deliberações: 5.1- Orçamento: Os Conselheiros aprovaram, por unanimidade de votos dos presentes, nos termos da proposta de deliberação nº 01/02/2015 e demais documentos apresentados e lidos durante a reunião que ficam arquivados na sede da Concessionária, o Orçamento da Concessionária para o exercício social de 2015. 5.2- Contra Garantia: Os Conselheiros aprovaram, por unanimidade de votos dos presentes, nos termos da proposta de deliberação nº 02/02/2015 e demais documentos apresentados e lidos durante a reunião que ficam arquivados na sede da Concessionária, a prestação de contra garantia pela Concessionária ao seguro garantia contratado junto às seguradoras BTG Pactual e Austral. 5.3- Terceiro termo de aditamento ao contrato de obras formalizado com à Construtora OAS S.A.: Nos termos da proposta de deliberação nº 03/Fevereiro/2015 e demais documentos apresentados e lidos durante a reunião que ficam arquivados na sede da Concessionária, os Conselheiros, com exceção do Sr. Josedir Barreto, que se declarou em conflito de interesses, aprovaram a celebração do terceiro termo de aditamento ao contrato de obras celebrado com a Construtora OAS S.A. em 24/08/2012. Por fim, a eficácia da presente contratação fica condicionada à expressa aprovação da Infraero, conforme disposto na Cláusula 5.3 (ix) do Acordo de Acionistas da Concessionária, nos Artigos 17, inciso (xiv), e 18 de seu Estatuto Social, e ainda nos termos do Protocolo de Governança Corporativa, formalizado entre a Concessionária e seus Acionistas, tendo em vista tratar-se de operação com partes relacionadas aos acionistas. Os Conselheiros ressalvaram que as obras de adequação da pista para aeronaves Código "F" aguarde aprovação da ANAC e solicitaram que qualquer alteração no cenário ora aprovado seja trazida ao conhecimento deste Conselho. 5.4- Autorização à Diretoria Executiva: O Conselho de Administração autoriza os diretores ou procuradores, constituídos na forma do Estatuto Social da Concessionária, a praticarem todos os atos e a assinarem todos os documentos necessários à implementação da matéria ora aprovada. **6- Encerramento:** Adicionalmente, foram apresentados ao Conselho de Administração matérias de caráter informativo, que ficam arquivadas na sede da Concessionária. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo a presente Ata lavrada por meio de processamento eletrônico, a qual depois de lida e aprovada, foi assinada pelos Conselheiros presentes. Mesa: Gustavo Nunes da Silva Rocha – Presidente e Débora Benassi – Secretária. Conselheiros Presentes: Gustavo Nunes da Silva Rocha, Carlos Augusto Borges, Ricardo Carvalho Giambroni, Paulo Sérgio Passos Lima, Jaime Henrique Caldas Parreira, Nelson Edmundo Forte Fernandes de Negreiros, Peterson Patrício e Josedir Barreto dos Santos, Carlos Fernando Costa. Certifico que o presente extrato é cópia fiel da Ata, cujo inteiro teor encontra-se transcrito em livro próprio. Guarulhos, 06/02/2015. **Gustavo Nunes da Silva Rocha -** Presidente da Reunião e do Conselho de Administração; **Débora Benassi -** Secretária da Reunião. Jucesp nº 84.140/15-0 em 19/02/2015. Flávia Regina Britto-Secretária Geral.

TARPON INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ/MF Nº 05.341.549/0001-63 - NIRE 35.300.314.611

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 4 DE MARÇO DE 2015

Data, Hora e Local: 4 de março de 2015, às 10h, na sede social da **TARPON INVESTIMENTOS S.A.** (**"Companhia"**), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Iguatemi, nº 151, 23º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: José Carlos Reis de Magalhães Neto; Secretário: Paulo Henrique Altero Merotti. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia (**"Opções"**), nos termos do Plano de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia, aprovado originalmente pela assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia realizada em 16 de fevereiro de 2009 (conforme alterado, **"Plano"**); e **(ii)** o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de ações ordinárias, em decorrência do exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano. **Deliberações:** Por unanimidade, o Conselho de Administração deliberou aprovar: **(i)** A décima outorga de Opções, aos beneficiários identificados na sede social da Companhia. O total de Opções objeto da décima outorga é de 146.715 (cento e quarenta e seis mil setecentas e quinze), com preço de exercício unitário de R$7,875 (sete reais e oitocentos e setenta e cinco milésimos de centavos). O preço de exercício foi determinado com base no item 6.1 do Plano, estando sujeito a ajustes nos termos e limites estabelecidos no item 5.4(c) do Plano; e **(ii)** O aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de 24.948 (vinte e quatro mil novecentos e quarenta e oito) ações ordinárias de emissão da Companhia, com a exclusão do direito de preferência para a subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no artigo 171, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo **(a)** 13.316 (treze mil trezentas e dezesseis) ações pelo preço unitário de R$3,06 (três reais e seis centavos); **(b)** 6.870 (seis mil oitocentos e setenta) ações pelo preço unitário de R$3,375 (três reais e trezentos e setenta e cinco milésimos centavos); **(c)** 4.762 (quatro mil setecentos e sessenta e duas) ações pelo preço unitário de R$5,1525 (cinco reais e mil, quinhentos e vinte e cinco décimos de milésimos centavos), todos fixados nos termos do Plano. As ações ordinárias ora emitidas são atribuídas a participante do Plano, conforme lista arquivada na sede da Companhia, e farão jus de forma integral aos dividendos e demais proventos que vierem a ser declarados pela Companhia a partir desta data. Nos termos do Plano, as ações ordinárias não poderão ser alienadas pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir desta data. A subscrição das ações ordinárias será efetivada mediante assinatura de boletim de subscrição, nesta data, pelo subscritor e a respectiva integralização do preço, em moeda corrente nacional, nos termos de cada boletim de subscrição. Do preço de emissão das ações ordinárias, o montante de **(1)** R$8.846,94 (oito mil oitocentos e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos) será destinado à conta do capital social; e **(2)** R$79.662,47 (setenta e nove mil seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta e sete centavos) será destinado à conta de reserva de capital. Como consequência da emissão das ações ora aprovadas, o capital social passa de R$6.985.881,27 (seis milhões novecentos e oitenta e cinco mil oitocentos e oitenta e um reais e vinte e sete centavos) para R$6.994.728,21 (seis milhões novecentos e noventa e quatro mil setecentos e vinte e oito reais e vinte e um centavos) dividido em 46.579.897 (quarenta e seis milhões quinhentos e setenta e nove mil oitocentos e noventa e sete) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, em forma de sumário. São Paulo, 4 de março de 2015. **Assinaturas: Mesa:** Presidente - José Carlos Reis de Magalhães Neto; Secretário - Paulo Henrique Altero Merotti. **Conselheiros:** José Carlos Reis de Magalhães Neto, Fernando Shayer, Miguel Gomes Ferreira, Philip Vincent Reade, Fabio Hering, Horacio Lafer Piva. Confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 4 de março de 2015. **Paulo Henrique Altero Merotti -** Secretário.

Klabin S.A.

CNPJ/MF nº 89.637.490/0001-45

NIRE: 35300188349

Klabin

Edital de Convocação

Na forma das disposições legais e artigo 15 do Estatuto Social, são convocados os acionistas titulares de ações de emissão da Klabin S.A. ("Companhia") a se reunirem em **Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária** a serem realizadas, em primeira convocação, no dia **19 de março de 2015, às 14:30 horas**, na sede da Companhia, situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.600, 5º andar, em São Paulo-SP, para deliberarem acerca das seguintes matérias:

Em Assembleia Geral Extraordinária

a) Homologar o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, aprovado na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada em 22/08/2014;

b) Aprovar o aumento do capital social da Companhia, com a utilização de reservas legal e de incentivos fiscais, no valor de R$ 104.500.000,00, sem emissão de novas ações, passando o Capital Social de R$ 2.271.500.086,40 para R$ 2.376.000.086,40;

c) Aprovar a alteração do artigo 5º do Estatuto Social para refletir as alterações descritas em "a" e "b" acima, caso venham a ser aprovadas.

Em Assembleia Geral Ordinária

a) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, relativas ao exercício social findo em 31/12/2014, bem como a manifestação do Conselho de Administração;

b) Deliberar sobre a destinação de verbas e distribuição de dividendos;

c) Eleger os membros para o Conselho de Administração e seus respectivos suplentes, observadas as disposições dos Artigos 141 e 147 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e da Instrução CVM nº 367, de 29/05/2002, sendo necessário nos termos das Instruções CVM nºs 165, de 11/12/1991, e 282, de 26/06/998, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os Acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo;

d) Fixar a remuneração dos Administradores; e

e) Eleger os membros do Conselho Fiscal, observadas as disposições dos Artigos 161 e 162 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e fixar a respectiva remuneração.

Poderão tomar parte nessas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária: **(i)** os titulares de ações ordinárias diretamente e por meio de Units, mediante exibição de documento hábil de sua identidade e inscrição de seu nome no livro próprio, até 3 (três) dias antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral; **(ii)** sem prejuízo do disposto no item "(i)", o acionista que comparecer à assembleia geral munido de documento de identidade e comprovante da respectiva participação acionária expedido pela instituição escrituradora, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, poderá participar da mesma; e **(iii)** os procuradores constituídos por acionistas há menos de um ano e outros representantes legais, mediante comprovação da legitimidade da representação exercida.

A Companhia informa, ainda, que estão disponíveis na sua sede social, bem como nos endereços eletrônicos www.cvm.gov.br e http://ri.klabin.com.br, todos os documentos necessários à adequada informação dos seus acionistas sobre as matérias constantes da ordem do dia acima enumeradas.

São Paulo, 02 de março de 2015.

Pedro Franco Piva
Presidente do Conselho de Administração

Antonio Sergio Alfano
Diretor de Relações com Investidores

abrasca companhia associada — KLBN11 NÍVEL 2 BM&FBOVESPA — UMA EMPRESA COM AÇÕES EM PODER DO PÚBLICO

FUSAM - Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava

CNPJ nº 50.453.703/0001-43

HOMOLOGAÇÃO

A FUSAM - FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, através de seu Presidente, Senhor Guilherme Lopes da Costa Matarezi, **HOMOLOGA** o Processo nº 460/2014 - Pregão nº 151/2014, **ADJUDICANDO** o objeto **Contratação de Empresa para Realização de Auditoria Contábil do Exercício 2014** com a empresa **MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES EPP,** 1ª colocada no objeto licitado cujo valor global é de R$ 16.000,00, tendo em vista a classificação apresentada pela Comissão Permanente de Licitação. Caçapava, 03/03/2015.

FOSFANIL S.A. - "EM LIQUIDACÃO"

CNPJ/MF n° 33.179.474/0001-00 - NIRE 35.300.036.786

Aviso de Convocação

Ficam convidados os Srs. Acionistas da **FOSFANIL S.A.- "Em Liquidação"** para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no próximo dia 29.04.2015, as 15:00 horas, na sede social, na Avenida Ibirapuera, 2.033, 4° andar, conjuntos 41 e 42, Moema, nesta Capital, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Exame e aprovação do relatório e do balanço do estado de liquidação relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2014. Encontram-se a disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da companhia, o relatório e o balanço acima mencionados relativos ao exercício social findo em 31.12.2014. São Paulo, 27 de fevereiro de 2015. **Eric Pierre Paul Schmitt -** Liquidante.

Yakult S/A Indústria e Comércio

CNPJ nº 60.723.061/0001-09 - NIRE nº 35.3.0003245-4

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **YAKULT S.A. Indústria e Comércio** para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária, às 10:00 horas do dia 19 de Março de 2015, na sede social da companhia, localizada na Alameda Santos, 771, 13º andar - conjunto 131, Cerqueira César, em São Paulo - SP**, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Análise, discussão e aprovação do Relatório dos Administradores e das Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício Social encerrado em 31/12/14; 2) Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2014; 3) Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 03 de Março de 2015. **Eishin Shimada -** Diretor Presidente.

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo — CASA CIVIL — GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — documento assinado digitalmente